

Começa a mais longa das batalhas: orçamento de 91.

18 ABR 1990

JORNAL DA TARDE

— Todo orçamento é uma mentira — quando existe inflação. Com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991 não vai ser diferente — a menos que o Plano Collor dê certo e varra a inflação do mapa.

Enviado anteontem ao Congresso, o projeto de LDO é a primeira etapa do ritual que baliza o equilíbrio dos dois poderes. Nessa preliminar, o Executivo informa suas prioridades e estipula limites, num ensaio de rigor conceitual, sem numerologia. Os números, mesmo, farão parte do Orçamento-Geral da União, que o Congresso deve receber para exames até 31 de agosto. O prazo para votação se estende até o recesso, em dezembro.

Nesta fase, portanto, o ritual não será diferente daquele cumprido há exatamente um ano pelo governo Sarney. Para quem não se lembra, o então ministro Mailson da Nóbrega pretendeu diminuir o refinanciamento das dívidas externas de Estados e municípios. É que a nova Constituição repassou parcelas de impostos até então recolhidos à União, que dessa forma se viu com menor volume de recursos.

Ano passado, nem chegou a haver impasse no Congresso. Uma frente de governadores, liderada por Orestes Quércia, de São Paulo, liquidou as pretensões de Mailson — e o governo federal continua a refinar esses passivos, de Norte a Sul.

O deputado César Maia (PDT/RJ) examinou o projeto e confirma:

— A rigor, o governo repete o projeto de lei apresentado no ano passado, mesmo porque não teve tempo de organizar suas contas, ainda. Eu noto é que o governo não quis entrar em duas questões polêmicas: a dívida de Estados e municípios, e o déficit da Previdência.

Para o deputado-economista, é



*César Maia:
o governo repete o projeto
apresentado em 89.*

positiva a intenção de “não criar novas dívidas”, o que fortalece a possibilidade de alcançar um superávit de 1% do PIB — em torno de US\$ 3,5 bilhões. Essa intenção será realizada, informa a ministra Zélia Cardoso de Mello, através de uma singela operação: o Banco Central só irá emitir títulos para rolar o principal (capital + juros) da dívida pública e das dívidas externas das estatais que contém com aval da União. Esses dois componentes, somados, perfazem em torno de dois terços da nossa dívida externa (US\$ 114 bilhões).

Se isso de fato acontecer, a dívida pública ao menos não irá aumentar, permanecendo estável em termos reais até o fim do ano que vem. É verdade, por outro lado, que o governo acena com maior volume de arrecadação, a saber

1. receita adicional viabilizada pelas medidas provisórias — redução de isenções e incentivos fiscais, revisão do imposto territorial rural, revisão da legislação patrimonial sobre imóveis da União, ampliação da abrangência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);

2. “aperfeiçoamento do selo-pedágio”, eufemismo que só pode significar que esse tributo,

por muitos considerado inconstitucional, vai continuar e com maior peso;

3. imposto sobre grandes fortunas.

No item de despesas, a ministra Zélia repete as promessas de companhia de Fernando Collor de Mello:

1. despesas de pessoal, em 1991, não poderão ser maiores do que as deste ano;

2. despesas de custeio administrativo e operacional, isto é, verbas para manter funcionando a máquina oficial, igualmente permanecerão os limites de 90;

3. ficam proibidas prorrogação e composição de dívidas constantes das Operações Oficiais de Crédito — empréstimos que o governo faz a exportadores e produtores rurais, por exemplo.

Nas próximas semanas, o secretário de Planejamento, Marcos Gianetti da Fonseca, deverá rever os números do atual orçamento. Essa operação, casada com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias vai fornecer todos os subsídios para se produzir, enfim, o esqueleto do Orçamento Geral da União. A revisão é obrigatória por duas razões: a inflação passada distorceu todas as projeções feitas pela equipe de Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, em 1989, e o impacto das medidas provisórias serviu para reduzir os números do déficit público, como esclarece a ministra da Economia (veja matéria acima).

Uma última etapa será cumprida, até agosto, com a edição do Primeiro Plano Plurianual de Governo, exigência da nova Constituição. Por definição, trará as grandes linhas prioritárias que a administração Collor imagina cumprir. Como diz a ministra na exposição de motivos da LDO, “é fundamental manter inalterada a disposição de reequilibrar as contas públicas”.